

Relatório Estadual

RIO DE JANEIRO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Responsável pela Comissão Organizadora da etapa	
Nome:	Caroline BuizCobas Costas
Telefones:	[REDACTED]
E-mails:	aaerj@aaerj.org.br; [REDACTED]

Integrantes da Comissão Organizadora da etapa	
Nome Completo	Representação
Beatriz Kushnir	Sociedade Civil
Caroline Buiz Cobas Costas	Sociedade Civil
Daniel Guimarães Elian dos Santos	Poder Público
Lucia Maria Velloso de Oliveira	Poder Público



Relatório Estadual

RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

Nos dias 25 e 26 de março de 2026 a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) realizou a Etapa Estadual do Rio de Janeiro para a 2ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq), com o apoio da Associação Nacional de História - Seção Rio de Janeiro (ANPUH-RJ), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e a colaboração da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

As inscrições foram realizadas no período de 16 a 23 de março, por meio da plataforma online Even3, no seguinte link: <https://www.even3.com.br/etapa-estadual-rj-2cnaqrq-704683>. Ao todo 175 (cento e setenta e cinco) pessoas se inscreveram na plataforma e participaram da etapa estadual 111 (cento e onze) pessoas. No momento da inscrição os participantes preencheram um formulário (segundo modelo da FLACSO) com seus dados, indicação do eixo temático de interesse para atuar e manifestação sobre a pretensão de participar do processo eleitoral para uma das vagas de delegado, conforme seu segmento.

A Cerimônia de Abertura, no Auditório da FCRB, localizado na Rua São Clemente, nº 134, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, teve a presença da Diretora Geral Adjunta do Arquivo Nacional e Presidente Substituta do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Senhora Sheila Christina Mueller Mello; do Prof. Jaime Antunes da Silva, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e dos membros da Comissão Organizadora Estadual (COE): Beatriz Kushnir (ANPUH-RJ); Caroline BuizCobas Costas (AAERJ); Daniel Guimarães Elian dos Santos (APERJ) e Lucia Maria Velloso de Oliveira (FCRB). O Presidente da FCRB, Senhor Alexandre de Souza Santini Rodrigues não pôde estar presente na abertura, mas posteriormente enviou um vídeo saudando os participantes, exibido no dia seguinte.

Ainda na manhã do primeiro dia, 25 de março, Daniel Elian realizou a leitura do Regimento Interno da Etapa Estadual do Rio de Janeiro, que após consulta para manifestação da plateia, foi aprovado sem alterações. Em seguida ocorreu a palestra, por videoconferência, do Prof. Dr. Francisco Cougo Júnior, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que abordou os eixos temáticos e as expectativas sobre as etapas estaduais. As apresentações da manhã foram transmitidas pelo canal da FCRB no YouTube: <https://www.youtube.com/live/DmLbp27WIBk?si=BGQk4FNpiqMjiOpc>.

Ao longo da tarde do primeiro dia e na manhã e tarde do segundo dia, os participantes, organizados pelos seis eixos temáticos da 2ª CNArq, propuseram e debateram propostas e moções que foram levadas para aprovação na Plenária Final, que também foi transmitida no YouTube pelo canal da FCRB, disponível em: <https://www.youtube.com/live/8FGVMVYvR2M?si=6ddNrn6v1jFcp-SG>.

No segundo dia, 26 de março, ocorreu também a eleição para indicação dos delegados – 12 (doze) da sociedade civil e 6 (seis) do poder público, que se somam a mais 2 (dois) delegados

natos do poder público, totalizando 20 (vinte) – que irão representar o Rio de Janeiro na 2ª CNArq. As pessoas candidatas que não se elegeram para as vagas de delegado foram designadas como suplentes.

Apresentamos a seguir uma síntese das discussões e propostas apresentadas pelos participantes, sendo que conforme Regimento Interno da Etapa Rio de Janeiro, cada eixo pode apresentar até 3 (três) propostas, sendo aprovadas duas na Plenária Final e a terceira passando a integrar o conjunto de moções, conforme aprovado pela plenária.

Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

Mediadores: Jaime Antunes da Silva; Dilma Fátima Avellar Cabral da Costa.

Estavam inscritos para participação nas discussões com vistas à aprovação das propostas e moções, 33 profissionais integrantes de diversos órgãos e entidades públicas e privadas situados no Rio de Janeiro.

Debate sobre a arquitetura institucional necessária para consolidar uma Política Nacional de Arquivos efetiva e sustentável, incluindo análise da legislação vigente (especialmente a Lei nº 8.159/1991), modelos de governança, papel do CONARQ e do SINAR, cooperação federativa e articulação com políticas estruturantes como acesso à informação, proteção de dados e governo digital.

Os arquivos nacionais são um símbolo do Estado Democrático de Direito, guardiões da memória histórica dos países e como tal são responsáveis pela gestão dos documentos recebidos, produzidos e acumulados pelos entes dos Poderes Públicos. Por ser esta missão estratégica, devem ser identificados como instituições típicas de Estado e não de governo. Os arquivos nacionais devem ser dotados de autonomia administrativa, orçamentária e financeira e devem estar vinculados ou subordinados em nível estratégico do Poder Público.

As Instituições Arquivísticas Públicas, portanto, são aquelas que têm por finalidade orientar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão de documentos, recolhimento, preservação, acesso e divulgação dos documentos de arquivo produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos e entidades no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício de suas funções e atividades.

O Poder Público deverá assegurar às instituições arquivísticas públicas, para desenvolvimento de suas competências:

- I – recursos orçamentários e financeiros para a implementação e manutenção das políticas arquivísticas estabelecidas;
- II – infraestrutura física, material e tecnológica adequadas para a guarda, armazenamento e preservação de documentos;
- III – recursos humanos qualificados para o desenvolvimento das políticas públicas de arquivo.

Proposta Apresentada 1

Desvincular o CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos – do Arquivo Nacional, promover sua subordinação direta ao Ministério ao qual o Arquivo Nacional esteja subordinado, assegurando o seu papel político-estratégico para o exercício da governança arquivística, e alterar os Decretos 10148/2019 e o 12.599/2025, revendo sua composição, organização e funcionamento.

Proposta Apresentada 2

Posicionar os arquivos públicos, como instituições de Estado, para a democracia e garantia de direitos, no nível estratégico da Administração, em todas as esferas, com dotação orçamentária própria e recursos garantidos para o desenvolvimento de suas políticas.

Proposta Apresentada 3

Instituir a curto prazo um grupo de estudo, vinculado ao Conarq, que possa revisar o arcabouço legal a fim de garantir a segurança jurídica das instituições e serviços arquivísticos na administração pública e arquivos privados, em especial a revisão da Lei de Arquivos.

Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática

Mediadora: Martha Myrrha Ribeiro Soares.

Ao longo de dois dias de intensos debates, foram discutidos desafios estruturais da política arquivística no Brasil, com ênfase na consolidação da gestão de documentos como infraestrutura democrática do Estado, especialmente diante dos processos contemporâneos de transformação digital. Começamos o primeiro dia com a apresentação de cada um dos participantes para, em seguida, ser aberto o debate a partir do texto-base da CNArq “Arquivos: agentes da cidadania e da democracia” sublinhando a seguinte assertiva: “Sem gestão documental desde a origem, a transparência prevista na Lei de Acesso à Informação (LAI) e a proteção de dados exigida pela PGPD tornaram-se inexecutáveis.” Já o segundo dia foi dedicado à elaboração das propostas e moção para a Plenária final da etapa estadual (Rio de Janeiro) da Conferência Nacional de Arquivos.

Considerando, então, que a gestão documental ainda é tratada como atividade periférica da administração pública, os debates ressaltaram a importância de incluir a gestão de documentos nas auditorias dos órgãos de controle. Esta medida permite olhar de modo mais profundo sobre como o Estado se organiza, assim como, visa colaborar com a garantia da conformidade legal e ganho de eficiência, com o controle efetivo que garante a integralidade e rastreabilidade dos documentos. Destacaram-se relatos sobre a ausência de políticas institucionais consolidadas, a fragilidade dos instrumentos de gestão documental e a descontinuidade de ações, o que compromete diretamente na transparência e na garantia de direitos.

A dinâmica do debate evidenciou também a preocupação com a aceleração dos processos de digitalização e transformação digital sem a devida incorporação de requisitos arquivísticos, o que tem gerado riscos à autenticidade, à preservação e ao acesso contínuo aos documentos. Sem

requisitos arquivísticos, sem interoperabilidade, sem preocupação com preservação digital, corremos o risco de perder documentos, comprometer a autenticidade da informação e fragilizar a segurança jurídica do cidadão.

Foi compartilhada também a preocupação com a terceirização de serviços arquivísticos que não atendem aos princípios técnicos necessários, não contam com profissionais especializados e, com frequência, possuem como único objetivo ganhos com a digitalização dos documentos. É comum a existência de conflito de interesses, uma vez que as empresas contratadas não possuem foco na perenidade da gestão de documentos, na avaliação para eliminação ou guarda e sim, foco no número de páginas digitalizadas para obter enormes lucros em cima do caos documental que existe em muitas cidades do Brasil.

Neste sentido, o grupo, ao refletir sobre a eliminação de documentos públicos com critérios técnicos bem definidos foi discutida a necessidade de revisão do Decreto no 10.148 para assegurar a autonomia das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs) de cada órgão na avaliação e classificação dos documentos, bem como manter o monitoramento e a orientação técnica exercidos pelo Arquivo Nacional. Outro ponto exposto foi sobre ser imprescindível restabelecer a prerrogativa do Arquivo Nacional de autorizar a destinação final dos documentos de arquivo, de modo a garantir maior segurança jurídica e técnica ao cumprimento do ciclo de vida arquivístico, bem como à preservação de acervos de guarda permanente.

Implantar e modernizar arquivos públicos estaduais e municipais também foi pauta relevante no grupo. Foram apresentadas propostas para dar capilaridade ao Sistema Nacional de Arquivos e para o avanço da consolidação da Política Nacional de Arquivos, dentre elas a criação de um programa nacional de financiamento para criar e renovar arquivos em todo o território brasileiro. Para além das dimensões política, jurídica, simbólica e cultural dos arquivos, é preciso levar em consideração a dimensão econômica, pois não se faz política pública sem recursos financeiros, sem disponibilidade orçamentária, sem parcerias públicas entre as diversas esferas governamentais. Os arquivos públicos estaduais e municipais são infraestruturas indispensáveis para a gestão de documentos de um Estado democrático.

A gestão dos documentos arquivísticos e a inovação nos serviços públicos devem ser priorizadas para a garantia do devido acesso à informação e à proteção de dados. Diante disto, surgiu no grupo a sugestão de instituir diretrizes nacionais para a implementação de Programas de Gestão de Documentos (PGD) nos municípios brasileiros, estruturados com base em instrumentos de gestão de documentos padronizados, Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade, integrados a sistemas digitais de gestão documental (sistemas do governo ou não) e apoiados por cooperação interfederativa entre as instituições arquivísticas das diferentes esferas.

A capacitação contínua de servidores públicos em gestão de documentos, com a atuação de profissionais de arquivos, igualmente foi tema debatido e proposto no grupo e entendida como promotora do fortalecimento da governança documental, da padronização de procedimentos e da melhoria da transparência e do acesso à informação no setor público.

Vale lembrar que a todo momento e durante os dois dias de debate, o fortalecimento do CONARQ como peça de articulação chave para o funcionamento das políticas arquivísticas foi consenso entre todos os participantes do grupo. Por fim, a etapa estadual reafirma a centralidade

da política arquivística como eixo transversal da gestão pública, apontando caminhos concretos para sua efetivação e fortalecendo o compromisso com a transparência, a memória, a inovação responsável e o acesso à informação.

Proposta Apresentada 1

Incluir a Gestão de Documentos nas auditorias dos órgãos de controle e fiscalização, nas diferentes esferas, garantindo que os órgãos e entidades façam o planejamento, a execução e o controle da produção, do uso, da avaliação e da destinação dos documentos, conforme a legislação vigente.

Proposta Apresentada 2

Incorporar os requisitos arquivísticos obrigatórios nas ações de transformação digital do Estado brasileiro, considerando a gestão de documentos, informação e dados, priorizando a interoperabilidade, adoção de soluções tecnológicas abertas, segurança da informação, preservação do patrimônio arquivístico digital e a segurança jurídica para o cidadão.

Proposta Apresentada 3

Promover a implantação e o fortalecimento de arquivos públicos estaduais e municipais, bem como a capacitação contínua de servidores públicos em gestão de documentos, com a atuação de profissionais de arquivos, de modo a assegurar a execução da gestão de documentos em todo o território nacional.

Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico

Mediador: Daniel Guimarães Elian dos Santos.

As discussões do Eixo 3 da etapa estadual do Rio de Janeiro foram iniciadas com uma breve apresentação dos inscritos e do mediador. Após a fase de apresentações, foi feita a leitura do “Documento orientador” da 2ª CNArq, especificamente, o trecho correspondente ao eixo.

As discussões evidenciaram a preocupação com a ausência de uma política contínua e estruturada de preservação no país, especialmente diante das desigualdades de infraestrutura entre arquivos nas esferas federal, estadual e municipal. Em destaque, a necessidade de assegurar condições institucionais, técnicas e financeiras para a proteção do patrimônio arquivístico, bem como a urgência de enfrentar desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, a preservação digital e a crescente adoção de serviços em nuvem sem diretrizes adequadas. Também foram apontadas fragilidades relacionadas ao recolhimento, ao tratamento técnico dos acervos e à insuficiência de equipes qualificadas.

Nesse contexto, a discussão seguiu a importância do fortalecimento do Sistema Nacional de Arquivos, com maior articulação entre seus integrantes e atuação coordenada de instâncias como o Conselho Nacional de Arquivos. Houve convergência quanto à necessidade de produção de dados, diagnósticos e indicadores que subsidiem a formulação e o monitoramento de políticas

públicas, bem como à implementação de ações permanentes de capacitação e orientação técnica.

Por fim, foi consolidado o entendimento de que a preservação do patrimônio arquivístico deve ser tratada como eixo estruturante das políticas públicas arquivísticas, exigindo planejamento de longo prazo, integração entre políticas e adoção de instrumentos como planos nacionais, diretrizes normativas e mecanismos de financiamento. As propostas debatidas refletiram essa perspectiva, buscando alinhar ações de monitoramento, planejamento e regulação às demandas contemporâneas do campo arquivístico.

Proposta Apresentada 1

Instituir, no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos, uma instância permanente de monitoramento, avaliação e produção de informações estratégicas para subsidiar a formulação, implementação e revisão da Política Nacional de Arquivos, gerando dados, diagnósticos e indicadores que orientem os ciclos da política pública e promovendo ações de orientação técnica e capacitação contínua aos membros do sistema, visando a preservação e proteção do patrimônio arquivístico.

Proposta Apresentada 2

Formular um Plano Nacional de Preservação, no âmbito Sistema Nacional de Arquivos, com a finalidade de estabelecer diretrizes, metas e instrumentos para a preservação do patrimônio arquivístico, assegurando condições estruturais, técnicas, financeiras e institucionais para sua proteção.

Proposta Apresentada 3

Atualizar e consolidar as resoluções do Conselho Nacional de Arquivos relativas à preservação de documentos arquivísticos digitais, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração, contratação e regulação de serviços em nuvem; definição de requisitos mínimos de segurança, interoperabilidade e preservação de longo prazo; e parâmetros para digitalização, garantindo a salvaguarda do patrimônio arquivístico.

Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania

Mediador: Thayron Rangel.

A metodologia utilizada pelo Grupo de Trabalho do Eixo 4 fundamentou-se na leitura e análise de documentos estratégicos, incluindo o Documento Orientador da 2ª CNARQ, o Relatório Final da 1ª CNARQ e o Plano Setorial de Arquivos do Colegiado Setorial de Arquivos do CNPC. A partir dessa base, os participantes realizaram a apresentação das acepções individuais sobre acesso, transparência, inclusão e cidadania, promovendo um debate plural. Em seguida, foi aplicada a abordagem de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que permitiu a identificação de desafios concretos e a construção de soluções coletivas. Para subsidiar as questões levantadas, utilizou-se a matriz PESTEL, possibilitando uma análise das dimensões políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais relacionadas ao tema. Por fim, o

grupo estruturou de forma colaborativa as propostas e moções, consolidando os resultados das discussões em encaminhamentos práticos para a etapa nacional da Conferência.

As discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho mostraram-se intensas e proveitosas, permitindo identificar diferentes percepções sobre o papel do acesso como instrumento de cidadania, a relevância da transparência e da inclusão social na prática arquivística, bem como a necessidade de alinhar as práticas institucionais às demandas reais dos usuários.

Nesse contexto, destacaram-se duas leituras centrais: a compreensão de que o usuário deve ser colocado no centro do processo de acesso, tornando-se elemento fundamental na definição das práticas arquivísticas, e a constatação de que o acesso somente se efetiva mediante a supressão das barreiras institucionais que inviabilizam a participação cidadã, considerando as necessidades biopsicossociais e informacionais dos indivíduos. Além disso, foram discutidas questões relacionadas ao acesso universal dos usuários, em especial das pessoas com deficiência, ao desenvolvimento de acervos voltados para grupos historicamente vulnerabilizados, e à relevância e impacto da difusão, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e da desinformação no processo de mediação e atendimento dos usuários. Foi consensado, ainda, que o CONARQ precisa fomentar políticas que visem o acesso, a transparência, a inclusão e a cidadania, estimulando o desenvolvimento de programas e planos de ação nos arquivos no âmbito do SINAR, de modo a consolidar práticas arquivísticas inclusivas e socialmente relevantes. O eixo enviou duas propostas para a Plenária final:

Proposta Apresentada 1

Estabelecer, a curto e médio prazo, diretrizes nacionais para a promoção e garantia do acesso universal e acessibilidade aos arquivos e aos serviços arquivísticos no âmbito do SINAR, contemplando todo o ciclo de vida documental. Essas diretrizes devem incorporar a centralidade do usuário e contemplar os marcadores sociais de gênero, orientação sexual, raça, religião, território, deficiência, geração e condição socioeconômica, de modo a estimular a eliminação de barreiras institucionais garantindo o acesso equitativo à informação, aos espaços e aos serviços arquivísticos.

Proposta Apresentada 2

Incentivar e promover a aproximação dos arquivos com a sociedade, fortalecendo as instituições arquivísticas como espaços públicos de cidadania, memória e acesso a direitos, com base na adoção sistemática dos Estudos de Usuários e Comunidade articulados à difusão, recursos tecnológicos e metodologias de mediação da informação e comunicabilidade, incluindo nas estratégias a identificação das necessidades biopsicossociais e informacionais dos usuários.

Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Mediador: Wagner Ramos Ridolphi.

Como introdução às discussões cada um dos participantes se apresentou, falando sobre seu local de trabalho e formação. Em seguida ocorreu a leitura do texto base do Documento Orientador da 2ª CNArq relacionado às proposições relativas ao eixo 5. Ainda como etapa preliminar à apresentação de propostas, foi realizada a leitura, no Relatório Final da 1ª CNArq, do trecho sobre o eixo que abrangia temática semelhante ao do atual, de forma a identificar as propostas originalmente apresentadas em 2011, para análise do que chegou a ser implementado e do que ainda seria pertinente reapresentar na atualidade. Por fim, os participantes foram incentivados a trazerem questões relacionadas às suas condições de trabalho em arquivos, as inquietações e preocupações relacionadas à melhoria dessas condições e as relações no ambiente de trabalho, além de formularem propostas relacionadas também à formação em Arquivologia.

Proposta Apresentada 1

Criar, por iniciativa do Poder Executivo Federal, os conselhos profissionais de trabalhadores de Arquivo: os Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia e os Conselhos Federal e Regionais de História, com o objetivo de fiscalizar o exercício dessas profissões regulamentadas, respectivamente pelas leis nº 6.546/78 e nº14.038/20, garantindo que os serviços arquivísticos sejam realizados por profissionais habilitados e eticamente responsáveis com a preservação do patrimônio documental.

Proposta Apresentada 2

Possibilitar melhores condições materiais, estruturais e salariais de trabalho nos arquivos, com combate ao assédio moral, além da regulamentação, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Lei nº 14.846, de 24 de abril de 2024, que garante medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, visando prevenir o desenvolvimento de doenças ocupacionais, principalmente respiratórias, por trabalhadores de arquivo que desenvolvem seu trabalho em ambientes expostos a agentes nocivos à saúde.

Proposta Apresentada 3

Definir objetivos e metas para a formação de profissionais de arquivo em cursos de capacitação, técnico, graduação e pós-graduação, incluindo a modalidade a distância (EaD), contemplando parcerias entre Estado, instituições de ensino, associações profissionais, instituições e serviços arquivísticos.

Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social

Mediadora: Bianca Panisset.

A mediação iniciou com a apresentação dos conceitos de arquivos privados, arquivos comunitários, coleções e arquivos institucionais, estabelecendo uma base comum para o debate. A discussão foi orientada pela questão central: *quais são as expectativas e perspectivas para a*

construção de políticas públicas voltadas aos arquivos privados e comunitários? Se pudessemos sonhar com uma política pública ideal, como seria? Quais pautas teriam?

De modo geral, os participantes destacaram a necessidade de fortalecimento institucional e reconhecimento desses arquivos, com propostas voltadas à descentralização, financiamento, autonomia e valorização social. No campo do financiamento, foi recorrente a defesa da criação de mecanismos específicos de fomento, incluindo editais menos burocráticos e mais acessíveis, além da destinação de recursos próprios para arquivos comunitários e privados em fundos já existentes. Também se sugeriu a criação de um fundo específico para os arquivos, bem como a reserva de cotas em editais públicos para acervos que representem grupos minoritários e historicamente marginalizados. A ampliação do acesso ao financiamento para grupos sem formalização jurídica (sem CNPJ) também foi apontada como essencial.

Outro eixo importante foi a criação e fortalecimento de redes de arquivos comunitários e privados, com atuação descentralizada e apoio governamental, promovendo articulação, troca de experiências e visibilidade. A autonomia dos arquivos comunitários emergiu como princípio central, sendo enfatizado que esses acervos devem preservar sua capacidade de decisão, respeitando os interesses, valores e dinâmicas das próprias comunidades. Destacou-se que o protagonismo deve ser da comunidade, e que a atuação técnica arquivística deve ocorrer de forma colaborativa e não impositiva.

No âmbito institucional, discutiu-se a necessidade de reconhecimento formal dos arquivos comunitários, incluindo sua incorporação em políticas públicas e marcos legais mais adequados. Foi apontada a insuficiência da categoria de “arquivo privado” para abarcar a complexidade dos arquivos comunitários, bem como a necessidade de amadurecimento jurídico sobre o tema. Também foram sugeridas ações estruturantes, como o mapeamento e diagnóstico dos arquivos comunitários no país, a criação de programas públicos voltados à diversidade documental, e o desenvolvimento de políticas nacionais específicas. A responsabilidade do poder público em apoiar, orientar e promover esses acervos foi amplamente ressaltada.

No campo técnico, destacou-se a importância da oferta de capacitação, cursos, estágios e assistência técnica, inclusive por meio de instâncias como câmaras técnicas especializadas. Foi defendida a construção de abordagens próprias para avaliação, descrição e difusão desses acervos, considerando suas especificidades sociais, culturais e territoriais.

A interdisciplinaridade também foi apontada como característica fundamental, especialmente na interface com áreas como museologia social. Observou-se que, nos territórios, as fronteiras entre arquivos, museus e bibliotecas são fluidas, exigindo abordagens mais integradas. Outro ponto relevante foi o papel dos arquivos comunitários como instrumentos de memória, identidade e garantia de direitos. Destacou-se sua importância na preservação de histórias de grupos historicamente oprimidos, bem como na luta por direitos básicos, como território, moradia e cidadania.

Por fim, reforçou-se a necessidade de políticas que promovam não apenas a preservação, mas também a visibilidade, o acesso e o uso social desses acervos, incluindo iniciativas de história oral, custódia compartilhada e difusão do conhecimento. Como encaminhamento geral, evidenciou-se a importância de construir políticas públicas que respeitem a autonomia das comunidades, ampliem o acesso a recursos, promovam o reconhecimento institucional e

fortaleçam os arquivos comunitários como espaços fundamentais de memória e cidadania. O eixo enviou duas propostas para a Plenária final:

Proposta Apresentada 1

Criar um Programa Nacional de Arquivos Comunitários em âmbito ministerial, em todo o território brasileiro, para acervos de pessoas e de comunidades minorizadas e vulnerabilizadas, manifestações de culturas populares, coletivos, movimentos sociais e outros. O programa terá dotação orçamentária própria para viabilizar o fomento de ações relativas ao diagnóstico, preservação, difusão e mediação cultural, visando o acionamento da memória coletiva, defesa de direitos, verdade, reparação histórica, identidade e justiça social.

Proposta Apresentada 2

Criar mecanismos de responsabilização social, cível, criminal e fiscal que assegurem a transparência, a gestão, a preservação, o acesso e a difusão de arquivos privados, geridos por empresas privadas com impacto social, político, financeiro e ambiental.



PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

Proposta 1

Desvincular o CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos - do Arquivo Nacional, promover sua subordinação direta ao Ministério ao qual o Arquivo Nacional esteja subordinado, assegurando o seu papel político-estratégico para o exercício da governança arquivística, e alterar os Decretos 10148/2019 e o 12.599/2025, revendo sua composição, organização e funcionamento.

Proposta 2

Posicionar os arquivos públicos, como instituições de Estado, para a democracia e garantia de direitos, no nível estratégico da Administração, em todas as esferas, com dotação orçamentária própria e recursos garantidos para o desenvolvimento de suas políticas.

Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática

Proposta 1

Incluir a Gestão de Documentos nas auditorias dos órgãos de controle e fiscalização, nas diferentes esferas, garantindo que os órgãos e entidades façam o planejamento, a execução e o controle da produção, do uso, da avaliação e da destinação dos documentos, conforme a legislação vigente.

Proposta 2

Incorporar os requisitos arquivísticos obrigatórios nas ações de transformação digital do Estado brasileiro, considerando a gestão de documentos, informação e dados, priorizando a interoperabilidade, adoção de soluções tecnológicas abertas, segurança da informação, preservação do patrimônio arquivístico digital e a segurança jurídica para o cidadão.

Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico

Proposta 1

Instituir, no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos, uma instância permanente de monitoramento, avaliação e produção de informações estratégicas para subsidiar a formulação, implementação e revisão da Política Nacional de Arquivos, gerando dados, diagnósticos e indicadores que orientem os ciclos da política pública e promovendo ações de orientação técnica e capacitação contínua aos membros do sistema, visando a preservação e proteção do patrimônio arquivístico.

Proposta 2

Formular um Plano Nacional de Preservação, no âmbito Sistema Nacional de Arquivos, com a finalidade de estabelecer diretrizes, metas e instrumentos para a preservação do patrimônio arquivístico, assegurando condições estruturais, técnicas, financeiras e institucionais para sua proteção.

Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania

Proposta 1

Estabelecer, a curto e médio prazo, diretrizes nacionais para a promoção e garantia do acesso universal e acessibilidade aos arquivos e aos serviços arquivísticos no âmbito do SINAR, contemplando todo o ciclo de vida documental. Essas diretrizes devem incorporar a centralidade do usuário e contemplar os marcadores sociais de gênero, orientação sexual, raça, religião, território, deficiência, geração e condição socioeconômica, de modo a estimular a eliminação de barreiras institucionais garantindo o acesso equitativo à informação, aos espaços e aos serviços arquivísticos.

Proposta 2

Incentivar e promover a aproximação dos arquivos com a sociedade, fortalecendo as instituições arquivísticas como espaços públicos de cidadania, memória e acesso a direitos, com base na adoção sistemática dos Estudos de Usuários e Comunidade articulados à difusão, recursos tecnológicos e metodologias de mediação da informação e comunicabilidade, incluindo nas estratégias a identificação das necessidades biopsicossociais e informacionais dos usuários.

Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Proposta 1

Possibilitar melhores condições materiais, estruturais e salariais de trabalho nos arquivos, com combate ao assédio moral, além da regulamentação, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Lei nº 14.846, de 24 de abril de 2024, que garante medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, visando prevenir o desenvolvimento de doenças ocupacionais, principalmente respiratórias, por trabalhadores de arquivo que desenvolvem seu trabalho em ambientes expostos à agentes nocivos à saúde.

Proposta 2

Definir objetivos e metas para a formação de profissionais de arquivo em cursos de capacitação, técnico, graduação e pós-graduação, incluindo a modalidade a distância (EaD), contemplando parcerias entre Estado, instituições de ensino, associações profissionais, instituições e serviços arquivísticos

Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social

Proposta 1

Criar um Programa Nacional de Arquivos Comunitários em âmbito ministerial, em todo o território brasileiro, para acervos de pessoas e de comunidades minorizadas e vulnerabilizadas, manifestações de culturas populares, coletivos, movimentos sociais e outros. O programa terá dotação orçamentária própria para viabilizar o fomento de ações relativas ao diagnóstico,

preservação, difusão e mediação cultural, visando o acionamento da memória coletiva, defesa de direitos, verdade, reparação histórica, identidade e justiça social.

Proposta 2

Criar mecanismos de responsabilização social, cível, criminal e fiscal que assegurem a transparência, a gestão, a preservação, o acesso e a difusão de arquivos privados, geridos por empresas privadas com impacto social, político, financeiro e ambiental.

DELEGAÇÃO ELEITA

Conforme previsto na alínea IV do art. 9º, Capítulo V, do Regimento Interno da Etapa Estadual do Rio de Janeiro para a 2ª Conferência Nacional de Arquivos, no período da tarde do dia 26 de março, realizaram-se a eleição da delegação e a plenária final destinada ao anúncio das propostas elaboradas pelos eixos temáticos. A composição da Comissão Eleitoral, integrada por Elina Pessanha e Renato de Mattos, foi devidamente publicizada e ratificada pelo plenário. Na ocasião, com vistas à garantia da lisura e da transparência do processo eleitoral, a COE abriu inscrições para voluntários, representantes da sociedade civil e do poder público, excetuando-se aqueles que haviam formalizado candidatura à função de pessoa delegada, com a finalidade de atuarem na fiscalização do sufrágio, da apuração e da divulgação dos resultados. Os seguintes participantes se voluntariaram: Andrezza Moreira Felizardo Melo e Matheus Ogeny Ferreira, representantes do poder público, e Gabrielle Oliveira de Abreu e Mayara Donaria como sociedade civil.

Após aprovação unânime, pelo plenário, dos 4 (quatro) fiscais, foram apresentados pela Comissão Eleitoral os critérios de votação e de sistematização final do pleito. Em seguida, após intervenções e os devidos esclarecimentos, submeteu-se ao plenário a aprovação das orientações que regeriam o processo eleitoral, as quais foram acolhidas pelos presentes sem registro de manifestações contrárias ou propostas de alteração.

Na sequência, após a projeção da lista de candidaturas, por segmentos, a Comissão Eleitoral cedeu a palavra ao candidato Leonardo Augusto Silva Fontes que manifestou o desejo de alterar o segmento no qual havia se inscrito (segmento D), passando, assim, a integrar a lista de candidatos do segmento A.

Embora tal alteração não estivesse prevista no Regimento Interno da Etapa Estadual do Rio de Janeiro, a COE abriu o debate entre os membros presentes acerca da possibilidade apresentada. Após amplo debate, prevaleceu o entendimento de que, tratando-se de situações excepcionais e/ou de eventuais divergências ou ambiguidades na interpretação do Regimento, deveria prevalecer a soberania do plenário, manifestada pela decisão majoritária dos presentes. Com base nesse entendimento, o pleito do candidato Leonardo Augusto Silva Fontes foi submetido ao plenário e aprovado pela maioria dos presentes.

Na sequência, a COE submeteu à apreciação do plenário a proposta de manutenção da candidatura do Prof. Dr. Jaime Antunes da Silva, inscrito no segmento A (representantes e

trabalhadores de arquivos privados) uma vez que o candidato comunicou a COE que em razão de problemas de saúde, não poderia acompanhar a sessão de trabalho no dia 26 de março.

Após consulta ao Regimento Interno da Etapa Estadual, bem como ao Regimento Interno da 2ª Etapa Nacional da Conferência Nacional de Arquivos, e ao Documento Orientador consolidou-se o entendimento, no âmbito do plenário, de que os instrumentos normativos do processo eleitoral de delegados não estabelecem critérios objetivos ou restritivos para a definição do que se configura como participação nas etapas estaduais e do Distrito Federal, tais como presença integral, obrigatoriedade de comparecimento no momento da votação ou exigência de frequência mínima. O Regimento Interno da 2ª Etapa Nacional da Conferência Nacional de Arquivos, e o Documento Orientador limitam-se a dispor que a participação deve ser “comprovada por meio de registro da participação”, sem, contudo, detalhar a necessidade de presença contínua ou em momentos específicos do evento, como a eleição da delegação.

Considerando a excepcionalidade da situação, bem como o fato de o candidato ter participado ativamente das discussões e debates realizados no dia 25 de março – tendo, inclusive, atuado como mediador do Eixo 1 –, a validade de sua candidatura foi submetida à deliberação do plenário, sendo aprovada pela maioria dos presentes, em observância ao princípio democrático que rege a conferência. Ato contínuo, com a concordância expressa do plenário, deu-se início ao processo eleitoral, precedido da verificação, pelos fiscais, das cédulas, da urna e dos demais elementos indispensáveis à regularidade e à higidez da consulta.

A apuração dos votos foi realizada pelos membros da COE, com o acompanhamento dos fiscais voluntários, em sala anexa ao auditório onde se realizava a sessão final. Foram contabilizados 93 (noventa e três) votantes e, conforme verificação conjunta da COE e dos fiscais, a totalidade dos votos depositados foi considerada válida e devidamente computada. Após a divulgação do resultado, procedeu-se ao remanejamento de vagas, em conformidade com o disposto no Regimento Interno da Etapa Rio de Janeiro, nos seguintes termos: (i) no âmbito da representação da sociedade civil, em razão da existência de apenas duas candidatas no segmento B, foi destinada uma vaga adicional ao segmento A. Tal medida seguiu os critérios de remanejamento previstos no Regimento interno e que o critério adotado sugerido pela Comissão Eleitoral e aprovado pela Plenária foi o de contemplar o candidato mais votado entre aqueles não eleitos; e (ii) no âmbito do poder público, diante da ausência de candidatura representativa do Poder Legislativo Estadual, foi atribuída uma vaga adicional à representação dos arquivos ou serviços arquivísticos de âmbito municipal.

A seguir os resultados:

SOCIEDADE CIVIL

	SEGMENTO (A, B,C, D)	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	A	Jaime Antunes da Silva	-
2.	A	Clarissa Moreira dos Santos Schmidt	-
3.	A	Raquel Luise Pret	-
4.	A	Leonardo Augusto Silva Fontes	-
5.	B	Thamires Ribeiro de Oliveira	-
6.	B	Camila Mattos da Costa	-
7.	C	Angélica Ricci Camargo	Sérgio Miranda de Lima
8.	C	Wagner Ramos Ridolphi	Antonio Henrique Campello de S. Dias
9.	C	Bianca Panisset	Lana Lage da Gama Lima
	C		Pedro Ribeiro Botti
10.	D	Thayron Rangel	Saulo Antonio Dantas de Figueiredo
11.	D	Alex Pereira de Holanda	Aluf Alba V. Elias
12.	D	Jacqueline Dias da Silva	Alexandre de Souza Costa
	D		Jair Martins de Miranda
	D		Fernando Henrique Silva Lisot

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Gabriel Hadady Barreto Faustino	-

PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
	Não houve candidato	

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Juliana Batista	-

ARQUIVOS OU SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DE ÂMBITO MUNICIPAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Maria Ana Quaglino	-
2.	Martha Myrrha Ribeiro Soares	-
3.	Priscila Chaves dos Santos	-
4.	Gabriela Rocha da Silva Araújo	-

DELEGAÇÃO NATA

DELEGAÇÃO NATA – Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do DF

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Juliane Baptista Arraulino de Moraes	-

DELEGAÇÃO NATA – Arquivos Municipais Selecionados

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Elizeu Santiago Tavares de Sousa	-

DADOS SOBRE A ETAPA

Participantes da etapa

Participantes da etapa	
Nome para relatório geral da conferência	Representação
1. Adriana Reguete Martins Braga	Sociedade Civil
2. Agatha Wagner Correia	Sociedade Civil
3. Alecsander Da Silva Fernandes	Sociedade Civil
4. Alex Pereira de Holanda	Sociedade Civil
5. Alexandre de Souza Costa	Poder Público
6. Alexandre Gonçalves	Sociedade Civil
7. Aluf Alba V. Elias	Sociedade Civil
8. Ana Beatriz Rodrigues de Araujo	Sociedade Civil
9. Ana Carolina Andrade Dos Santos	Sociedade Civil
10. Ana Carolina Balbina Santos de Moura	Poder Público
11. Ana Clara Fernandes da Costa	Poder Público
12. Ana Luíza Gregório	Sociedade Civil
13. Anderson Daniel Berbesi Angulo	Sociedade Civil
14. Andrezza Moreira Felizardo Melo	Sociedade Civil
15. Angélica Ricci Camargo	Sociedade Civil
16. Antonio Henrique Campello de Souza Dias	Sociedade Civil
17. Beatriz Kushnir	Sociedade Civil
18. Bianca da Costa Maia Lopes	Sociedade Civil
19. Bianca de Barros Silva	Sociedade Civil
20. Bianca Panisset	Sociedade Civil
21. Brenno Nascimento Motta De Souza	Sociedade Civil
22. Bruna S Barcelos	Sociedade Civil
23. Bruno Higino Costa dos Santos	Sociedade Civil

24. Camila Mattos da Costa	Sociedade Civil
25. Camilla Fernandes de Aquino	Poder Público
26. Carlos Augusto Silva Ditadi	Sociedade Civil
27. Caroline BuiZCobas Costas	Sociedade Civil
28. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt	Sociedade Civil
29. Claudia C. M. Lacombe Rocha	Sociedade Civil
30. Claudia Cristina Guimarães Do Nascimento	Sociedade Civil
31. Claudio Tavares Paiva Simões	Sociedade Civil
32. Daiane Azevedo Gonçalves	Sociedade Civil
33. Daniel Guimarães Elían dos Santos	Poder Público
34. Daniele Werner Catalão	Sociedade Civil
35. Dayane Ferreira Almeida	Sociedade Civil
36. Diego Barbosa	Sociedade Civil
37. Dilma Fátima Avellar Cabral da Costa	Sociedade Civil
38. Dina Matos dos Santos Baiense	Sociedade Civil
39. Diogo Baptista Pereira	Poder Público
40. Duala Pessoa do Rosario	Sociedade Civil
41. Eliane Lopes Farias	Poder Público
42. Elina Pessanha	Sociedade Civil
43. Elizabeth dos Santos	Poder Público
44. Elizeu Santiago Tavares de Sousa	Poder Público
45. Evelyn Santos de Souza	Sociedade Civil
46. Fabiana de Almeida Chianello	Sociedade Civil
47. Felipe Lacerda	Poder Público
48. Fernando Henrique Silva Lisot	Sociedade Civil
49. Flavio De Freitas Godinho	Poder Público
50. Gabriel Hadady Barreto Faustino	Poder Público
51. Gabriela Rocha da Silva Araújo	Poder Público
52. Gabrielle Oliveira de Abreu	Sociedade Civil
53. Girlan Ribeiro de Carvalho	Poder Público
54. Glaucia Vaz	Sociedade Civil
55. Gleise Andrade Cruz	Poder Público
56. Iliana Ferreira Monteiro	Sociedade Civil
57. Isadora Braz dos Santos Toledo Cabral	Sociedade Civil
58. Jacqueline Dias da Silva	Sociedade Civil
59. Jaime Antunes da Silva	Sociedade Civil
60. Jair Martins de Miranda	Sociedade Civil
61. Jane de Souza Nunes	Poder Público
62. Julia Azevedo Conde Pitanga	Sociedade Civil
63. Juliana Batista	Poder Público
64. Juliane Baptista Arraulino de Moraes	Poder Público
65. Lana Lage da Gama Lima	Sociedade Civil
66. Leonardo Augusto Silva Fontes	Sociedade Civil
67. Leonardo Nogueira da Rocha	Sociedade Civil
68. Leticia Dos Santos Grativol Pimentel	Sociedade Civil
69. Lívia de Andrade Loback	Sociedade Civil
70. Louise Gabler	Sociedade Civil
71. Luana Lobo dos Santos	Poder Público
72. Lúcia Maria Velloso de Oliveira	Poder Público
73. Luciane Ceretta	Sociedade Civil
74. Luiz Gustavo da Paz Miranda	Sociedade Civil

75. Luiza Costa da Fonseca	Sociedade Civil
76. Marcela Virgínia Thimoteo da Silva	Sociedade Civil
77. Maria Ana Quaglino	Poder Público
78. Maria Julia Faissal Cardoso	Sociedade Civil
79. Mário Vezú de Sá	Sociedade Civil
80. Martha Myrrha Ribeiro Soares	Sociedade Civil
81. Matheus Ogeny Ferreira	Poder Público
82. Monica Tenaglia	Sociedade Civil
83. Natália BolfariniTognoli	Sociedade Civil
84. Natasha Hermida Pereira Castro da Silva	Sociedade Civil
85. Nathalia Brito Moysés Fragoso	Sociedade Civil
86. Paola Rodrigues Bittencourt	Poder Público
87. Paulo José Viana de Alencar	Poder Público
88. Pedro Ribeiro Botti	Sociedade Civil
89. Priscila Chaves dos Santos	Poder Público
90. Priscila Soares Vaisman	Sociedade Civil
91. Rachel Ferreira Torres	Sociedade Civil
92. Raíssa de Almeida Sabiá Ovidio	Sociedade Civil
93. Raquel Dias Silva Reis	Poder Público
94. Raquel Luise Pret	Sociedade Civil
95. Renata Barbatho	Sociedade Civil
96. Renato de Mattos	Sociedade Civil
97. Rogério de Melo Araujo	Sociedade Civil
98. Salomão Pontes Alves	Sociedade Civil
99. Saulo Antonio Dantas de Figueiredo	Sociedade Civil
100. Scheila Moreira Cecchetti	Sociedade Civil
101. Sérgio Miranda de Lima	Sociedade Civil
102. Sílvia Lhamas de Mello	Sociedade Civil
103. Sônia Nascimento de Lima	Sociedade Civil
104. Stefhany de Souza Almeida Alves	Poder Público
105. Tainah Gouvêa dos Santos	Sociedade Civil
106. Thamires Ribeiro de Oliveira	Sociedade Civil
107. Thayron Rangel	Sociedade Civil
108. Thiago de Oliveira Vieira	Poder Público
109. Veronica Conceicao da Silva Oliveira	Poder Público
110. Wagner Ramos Ridolphi	Sociedade Civil
111. Walter da Silva Pereira Junior	Sociedade Civil

Listagem de localidades presentes na etapa estadual;

- Angra dos Reis;
- Arraial do Cabo;
- Belford Roxo;
- Duque de Caxias;
- Itaboraí;
- Maricá;
- Niterói;

- Nova Friburgo;
- Nova Iguaçu;
- Rio Bonito;
- Rio de Janeiro;
- São Gonçalo;
- São João de Meriti.

MOÇÕES APROVADAS

Quantidade de moções aprovadas: 12

Moção 1:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 24
Resumo da moção: Instituir a curto prazo um grupo de estudo, vinculado ao CONARQ, que possa revisar o arcabouço legal a fim de garantir a segurança jurídica das instituições e serviços arquivísticos na administração pública e arquivos privados, em especial a revisão da Lei de Arquivos.

Moção 2:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 65
Resumo da moção: Criar e ampliar linhas de financiamento em órgãos públicos e privados, prevendo-se inclusive um Fundo Nacional de Financiamento de Políticas Públicas Arquivísticas, vinculado ao CONARQ, que seria o seu gestor, para o fomento à institucionalização de arquivos públicos e privados.

Moção 3:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 59
Resumo da moção: Estabelecer, a partir do CONARQ, o Observatório Permanente de Governança e Políticas Públicas Arquivística. Desenvolvimento de políticas públicas arquivísticas, visando o seu acompanhamento e efetividade.

Moção 4:

Destinatário: Poder público federal, estadual e municipal
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 60

Resumo da moção:

Instituir processo público de seleção para o cargo de dirigente máximo das instituições arquivísticas públicas por meio de chamada pública, com apresentação de memorial e plano de gestão, visando assegurar que a direção desses órgãos seja exercida por profissionais com qualificação técnica, acadêmica e gerencial, compatível com a complexidade de suas atribuições.

Moção 5:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 62
Resumo da moção: Garantir a periodicidade mínima de três anos da Conferência Nacional de Arquivos, a fim de assegurar a participação da sociedade civil na formulação e avaliação das políticas públicas arquivísticas, mecanismos fundamentais no processo de cidadania e democratização do acesso aos documentos arquivísticos.

Moção 6:

Destinatário: Poder público estadual e municipal
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 25
Resumo da moção: Promover a implantação e o fortalecimento de arquivos públicos estaduais e municipais, bem como a capacitação contínua de servidores públicos em gestão de documentos, com a atuação de profissionais de arquivos, de modo a assegurar a execução da gestão de documentos em todo o território nacional.

Moção 7:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 16
Resumo da moção: Atualizar e consolidar as resoluções do Conselho Nacional de Arquivos relativas à preservação de documentos arquivísticos digitais, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração, contratação e regulação de serviços em nuvem; definição de requisitos mínimos de segurança, interoperabilidade e preservação de longo prazo; e parâmetros para digitalização, garantindo a salvaguarda do patrimônio arquivístico.

Moção 8:

Destinatário: Arquivo Nacional
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 52
Resumo da moção: Fortalecer o Comitê Brasileiro do Escudo Azul, a partir da articulação institucional no âmbito do Arquivo Nacional, como estratégia de proteção do patrimônio arquivístico em situações de desastres climáticos e conflitos armados, promovendo a integração com

redes nacionais e internacionais e o desenvolvimento de protocolos de resposta.

Moção 9:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Outros
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 49
Resumo da moção: Incentivar a promoção de práticas de difusão e educação patrimonial que permitam o desenvolvimento de competências informacionais em contraponto à desinformação, de modo a fortalecer o papel dos arquivos como espaços de referência socialmente significativos para a construção da memória, representação social e cidadania.

Moção 10:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Outros
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 49
Resumo da moção: O Conselho Nacional de Arquivos deve fomentar políticas de aquisição, preservação, difusão e acesso de acervos que contemplem grupos historicamente vulnerabilizadas, assegurando a diversidade cultural e social, com vistas à promoção da cidadania e da memória coletiva.

Moção 11:

Destinatário: Poder Executivo Federal
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 9
Resumo da moção: Criar, por iniciativa do Poder Executivo Federal, os conselhos profissionais de trabalhadores de Arquivo: os Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia e os Conselhos Federal e Regionais de História, com o objetivo de fiscalizar o exercício dessas profissões regulamentadas, respectivamente pelas leis nº 6.546/78 e nº14.038/20, garantindo que os serviços arquivísticos sejam realizados por profissionais habilitados e eticamente responsáveis com a preservação do patrimônio documental.

Moção 12:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 76
Resumo da moção: Promover a preservação de arquivos privados, de pessoas físicas e jurídicas, e comunitários, estimulando seu mapeamento, acesso, difusão, mediação cultural e pesquisas, por meio da implementação de políticas públicas a partir de perspectivas de gênero, classe e raça, de forma que sejam representadas e acessadas as múltiplas manifestações sociais e identidades do povo brasileiro.

A etapa estadual se encerrou após intenso trabalho coletivo fundamentado por debates e por processos democráticos, tendo cumprido as metas estipuladas: delegados eleitos e propostas priorizadas. Seguimos na expectativa de um grande evento para os arquivos em Brasília.



REGISTROS

Foto 1 - Live realizada em 24/03 no Canal da AAERJ no YouTube



Foto 2 – Cartaz da Etapa Estadual na porta do Auditório da FCRB

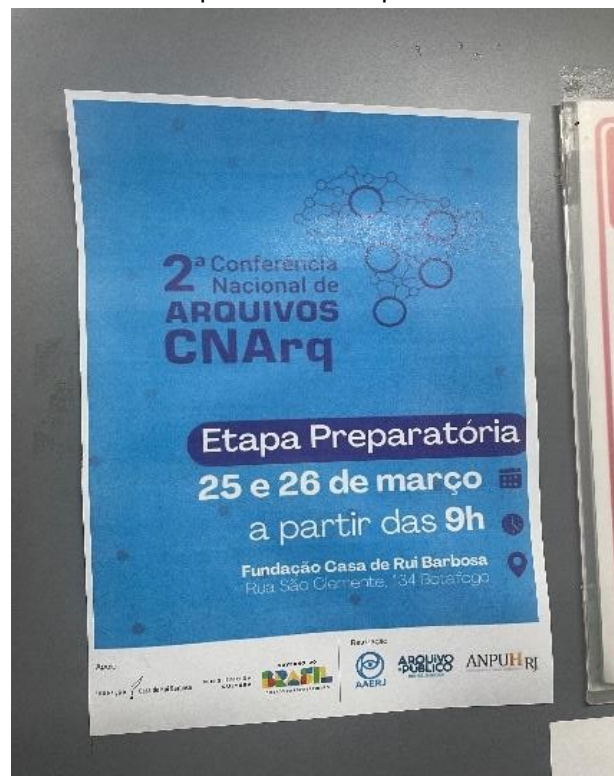


Foto 3 – Cerimônia de Abertura



Foto 4 – Palestra por videoconferência do Prof. Chico Cougo



Fotos 5, 6, 7 e 8 – Grupos de discussão dos eixos temáticos





Fotos 9 e 10 – Plenária Final



Foto 11 – Pessoas delegadas eleitas e Comissão Organizadora da Etapa Estadual Rio de Janeiro



ANEXOS

Lista de anexos que compõem o documento final da etapa.

1. Planilha de dados da delegação eleita;
2. Documentos contendo informações necessárias para cadastro e emissão de passagens (preenchidas pelas pessoas eleitas delegadas)

